



VII ARFAI STºANTÓNIO

DELIBERAÇÕES DA CÂMARA MUNICIPAL

21 DE JUNHO DE 2012

RENOVAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA A REALIZAÇÃO DE ESTUDOS ESTATÍSTICOS - PEDIDO DE PARECER PRÉVIO VINCULATIVO - A Câmara deliberou, por maioria, com a abstenção da Sra. Vereadora Jovita Ladeira, aprovar a Proposta do Sr. Presidente, no sentido de ser emitido o parecer previsto nos n.ºs 4 e 8 do artigo 26.º da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, para a renovar o contrato de prestação de serviços de análise e atualização de dados estatísticos e de publicação de estudos, que tem vindo a ser realizado no último ano pelo IERU, nomeadamente, a elaboração do boletim estatístico e o desenvolvimento do observatório económico e social, e submeter à aprovação da Assembleia Municipal, no cumprimento do n.º 1 do artigo 6.º da Lei de n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, que obriga que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, está sujeita a autorização prévia da Assembleia municipal, quando envolvam entidades da administração local;

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO JURÍDICO AO MUNICÍPIO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO – RENOVAÇÃO - PEDIDO DE PARECER PRÉVIO VINCULATIVO - A Câmara deliberou, por maioria, com a abstenção da Sra. Vereadora Jovita Ladeira, aprovar a Proposta do Sr. Presidente, no sentido de ser emitido o parecer previsto nos n.ºs 4 e 8 do artigo 26.º da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, para renovar o contrato de prestação de serviços de apoio jurídico ao Município de Vila Real de Santo António, serviços de finanças e outros, pela empresa Paula Figueiredo e Isabel Santos – Sociedade de Advogados, R.L., pelo período de um ano, conforme a cláusula 3.ª do Contrato de Prestação de Serviços 13/2011, de 26 de abril de 2011, e submeter à aprovação da Assembleia Municipal, no cumprimento do n.º 1 do artigo 6.º da Lei de n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, que obriga que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, está sujeita a autorização prévia da Assembleia Municipal, quando envolvam entidades da administração local;

APROVAÇÃO DO REGULAMENTO PARA A CRIAÇÃO DA TAXA TURÍSTICA DO MUNICÍPIO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO - A Câmara deliberou, por maioria, com o voto contra da Sra. Vereadora Jovita Ladeira, aprovar a Proposta do Sr. Presidente, no sentido de ser autorizada a aprovação do regulamento para a criação da denominada Taxa Turística do Município de Vila Real de Santo António, de acordo com o Regulamento específico

que cria e rege esta taxa, e submeter a versão provisória do regulamento da Taxa Turística do Município de Vila Real de Santo António à aprovação da Assembleia Municipal;

PLANO DE ORDENAMENTO DO ESPAÇO PÚBLICO - OCUPAÇÃO COM ESPLANADAS E EXPOSITORES EM MONTE GORDO - A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta do Sr. Vice-Presidente, José Carlos Barros, no sentido de ser aprovado o Plano de ordenamento do espaço público - Ocupação com esplanadas e expositores em Monte Gordo;

INCREMENTO DA COMPETITIVIDADE TURÍSTICA DO CONCELHO ATRAVÉS DA REDUÇÃO DAS TAXAS APLICÁVEIS NO ÂMBITO DO REGISTO DO ALOJAMENTO LOCAL - A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta do Sr. Presidente, no sentido de ser autorizada a redução de 70% no valor das taxas cobradas pela entrada e apreciação de pedido de registo de alojamento local e da correspondente vistoria em imóveis de tipologia igual ou inferior a “T2”, desde a sua aprovação em Assembleia Municipal até ao final do ano de 2012; a redução de 60% no valor das taxas cobradas pela entrada e apreciação de pedido de registo de alojamento local e da correspondente vistoria em imóveis de tipologia entre “T3” e “T5”, desde a sua aprovação em Assembleia Municipal até ao final do ano de 2012; a redução de 50% no valor das taxas cobradas pela entrada e apreciação de pedido de registo de alojamento local e da correspondente vistoria em imóveis de tipologia superior a “T5”, desde a sua aprovação em Assembleia Municipal até ao final do ano de 2012; e submeter à Assembleia Municipal para apreciação e deliberação, nos termos gerais do direito administrativo;

Gabinete de Apoio ao Presidente

VRSA, 22 de Junho de 2012